

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator...), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo [não feche esta janela](#). Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



Os factores de longo prazo da competitividade portuguesa

Helena Patação *

Janus 99-00

As análises ortodoxas da competitividade e internacionalização da economia portuguesa tendem a centrar-se no estudo da evolução do comércio externo (quotas de mercado, vantagens comparativas e competitivas), do investimento no exterior e dos principais indicadores macroeconómicos tradicionais. Embora estes elementos se constituam, no passado e no presente, como factores importantes na avaliação do tema referido, não permitem, contudo, avaliar as perspectivas de médio e longo prazo da competitividade de uma economia.

Na realidade, as economias modernas, na actualidade, estão envolvidas num processo contínuo e crescente de desmaterialização da produção, na medida em que a estrutura de custos dos produtos é, em maior ou menor grau, dominada por elementos imateriais. As componentes intangíveis mais comuns da produção são, entre outras, a qualidade, a investigação e desenvolvimento, a distribuição, a formação e o apoio aos clientes. Como se pode facilmente verificar, uma boa parte dos elementos referidos têm características predominantemente de serviços, pelo que a produção de bens físicos constitui muitas vezes apenas uma parte limitada e decrescente do processo de formação de valor acrescentado.

Segundo um estudo da Comissão Europeia, o processo de desmaterialização, quer no seio da empresa, quer entre empresas, reflecte três fenómenos paralelos:

- a interdependência crescente entre as actividades industriais e as actividades de serviços;
- o processo contínuo de especialização e diferenciação, quer ao nível das empresas, quer ao nível dos sectores económicos;
- a emergência de redes económicas de empresas muito interdependentes pela subcontratação mútua, financiamento externo e relações de cooperação.

Este mesmo estudo refere que ao nível do sistema económico no seu conjunto, o processo de desmaterialização se reflecte no predomínio crescente do sector dos serviços, quer quando medido pelo emprego, quer pela sua contribuição para o produto nacional. À medida que as actividades do sector dos serviços e do sector da indústria vão estando cada vez mais interligadas, e as empresas constituem cada vez mais redes de empresas muito especializadas e diferenciadas, o processo de inovação tende a, em termos de cadeia de valor, ultrapassar os limites definidos pelos sectores económicos tradicionais. Dentro destas cadeias ou redes, a troca de conhecimentos (não necessariamente novos) desempenha um papel fundamental na alimentação da inovação.

Na inovação, o elemento mais relevante é uma melhor e mais extensiva exploração do conhecimento como fonte de valor acrescentado. O conhecimento, no sentido geral do termo, desenvolve-se como um recurso que é fundamental para a inovação.



Dado este papel inovador dos elementos imateriais ou "intangíveis" a eficiência do investimento produtivo depende crescentemente do investimento adequado em factores de produção imateriais, como a I&D (investigação e desenvolvimento), o *software* e o *marketing* entre outros. O peso dos elementos imateriais no processo de produção como um todo já representa mais de metade do que é devotado ao investimento físico.

O progresso tecnológico, uma das principais fontes de crescimento da produtividade no longo prazo, é medido através do nível e eficiência do investimento intangível. Se aceitarmos uma das definições de competitividade de Krugman segundo a qual esta é a capacidade do país produzir bens e serviços que passam o teste da concorrência internacional e simultaneamente de garantir aos seus cidadãos níveis de vida crescentes e sustentáveis; se aceitarmos também a demonstração deste economista que prova que a taxa de crescimento dos níveis de vida é, basicamente, igual à taxa de crescimento da produtividade doméstica e, por último se aceitarmos que, como já foi afirmado, o progresso tecnológico é uma das principais fontes de crescimento da produtividade no longo prazo, então temos uma relação entre o primeiro conceito – a competitividade – e o último – o progresso tecnológico – medido este pelo nível de eficiência do investimento intangível.

As análises que se baseiam apenas ou fundamentalmente nas despesas efectuadas em I&D, esquecem que estas são apenas um *input* e não uma medida de sucesso. O desenvolvimento, a identificação, a aquisição e adaptação da tecnologia (nova ou já existente) são na verdade os elementos fundamentais para a criação de novos produtos. Do conjunto de elementos que constituem o investimento intangível, o pedido de registo de patentes parece um bom indicador da tradução no mercado do progresso tecnológico. Globalmente a análise demonstra, de acordo com os dados disponíveis, que Portugal é um país muito dependente do exterior em termos de tecnologia e que, estranhamente, o número de pedidos de registo de patentes feitos por residentes, que em termos absolutos e relativos já era pequeno, diminuiu no período em análise.

Os elementos do quadro dão uma ideia da produção tecnológica do país e permitem a sua comparação com o grupo de países/zona considerados relevantes (ver Infografia). Como se pode verificar, o número de pedidos de registo de patentes feitos por residentes em Portugal diminuiu no período considerado, contrariando a tendência registada pelos outros países e pelo conjunto quer da União Europeia quer da OCDE. Refira-se ainda que Portugal apresenta nesta área o valor mais baixo, ultrapassando apenas a Islândia.

Se analisarmos o coeficiente de "inventividade", definido como o número de registo de patentes feitos por residentes por cada 10000 habitantes, Portugal uma vez mais apresenta os valores mais baixos (e sempre iguais a 0.1, para todo o período considerado). É interessante referir o caso japonês que apresenta valores próximos dos 27.0 para todo o período que se devem comparar com valores próximos de 2.4, 6.0, e 4.1, respectivamente para a União Europeia, para a zona OCDE e para os Estados Unidos.

Se olharmos para os dados contidos no quadro, que nos dá uma ideia da penetração tecnológica, e mesmo considerando a descontinuação da série em 1992, podemos verificar que esta tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos considerados, apresentando valores semelhantes aos da Grécia e da Irlanda.



Uma vez mais o caso japonês merece especial atenção.

Se adicionarmos os dados contidos nos dois quadros anteriores, obtendo o pedido de registo de patentes nacionais podemos de alguma forma avaliar a dimensão do mercado tecnológico que cada país representa, assim como obter uma ideia do mercado potencial para bens e serviços. Os valores obtidos mostram que o mercado português tem vindo a aumentar, embora seja fácil concluir que este aumento se fica a dever essencialmente aos pedidos de patentes feitos por não residentes, com as consequências que daí se podem extrair.

Portugal, no que se refere à difusão internacional de tecnologia (ver quadro), uma vez mais apresenta valores muito inferiores aos dos restantes países, sendo novamente o país que apresenta os valores mais baixos.

Como toda a análise já indiciava, no rácio de dependência (quadro) Portugal é, naturalmente o país que apresenta o valor mais elevado. Contudo, se utilizarmos os dados referentes à taxa de cobertura para os produtos que, segundo a classificação da OCDE, são intensivos em tecnologia, Portugal apresenta valores superiores aos da Grécia e da Espanha no sector da electrónica, e no caso da Grécia o mesmo acontece no sector da farmacêutica e "outros".

Informação Complementar

Evolução da Distribuição do Emprego no Sector Industrial

Embora os dados apresentados não sejam muito actualizados, reportam-se a um período de 20 anos, durante o qual não se verificaram, como se pode ver, alterações significativas na distribuição do emprego em Portugal. De facto, e analisando, podemos verificar que se classificarmos as indústrias segundo os salários, 66.3% do emprego industrial era, em 1970, da responsabilidade das indústrias de baixos salários, valor que praticamente não se alterou em 1993, e que representa o valor mais elevado do no conjunto dos países considerados. Se alternativamente a classificação for segundo o nível tecnológico, o sector de baixa tecnologia aparece em primeiro lugar nos dois anos da análise, com valores ainda iguais a 76% em 1993. No caso de analisarmos estes dados de acordo com os factores que são susceptíveis de afectar a competitividade aparecem em primeiro lugar as indústrias trabalho-intensivas, logo seguidas das recursos-intensivas. Por fim, se o critério for a qualificação do trabalho, temos em lugar destacado o trabalho não qualificado.

***Helena Patação**

Licenciada em Economia pela Universidade Católica de Lisboa. Doutoranda em Economia Internacional pela Universidade de Lancaster, Inglaterra. Docente na UAL.



Infografia